

Juventude surda: desafios e impasses no espaço escolar e no mundo do trabalho no Brasil

Deaf youth: challenges and impasses in the school space and in the world of work in Brazil

Jóvenes sordos: retos e impasses en el espacio escolar y en el mundo del trabajo en Brasil

Wanderleia Maria de Freitas¹

<https://orcid.org/0000-0001-5798-4977>

Roberta Pasqualli²

<https://orcid.org/0000-0001-8293-033X>

¹ Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano, Goiânia, Goiás – Brasil. E-mail: pf.wanderleia@gmail.com.

² Instituto Federal de Santa Catarina, Chapecó, Santa Catarina – Brasil. E-mail: roberta.pasqualli@ifsc.edu.br.

Resumo

Os sujeitos surdos travam uma luta diária para conquistar o seu lugar no meio social, visto que muitas vezes são marginalizados e menosprezados pela cultura imposta pela sociedade. Nessa direção, o presente trabalho, elaborado em forma de revisão crítica de literatura, teve como objetivo analisar os desafios e impasses para a inserção dos jovens surdos nos espaços escolares e no mundo do trabalho brasileiro. Foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica fundamentada em autores como Dayrell (2007, 2013), Ciavatta (2005, 2012), Mori e Sandes (2015), Silva e Pasqualli (2021), Carvalho e Nobrega (2015), entre outros. Também foram analisados decretos e leis que tratam dos processos de inclusão no Brasil. Como resultado observa-se que as discussões reforçam a necessidade das políticas de inclusão realizadas por meio das instituições de ensino e outras associações. Conclui-se destacando-se as percepções dos surdos sobre os desafios enfrentados para se inserir no mundo do trabalho, bem como os aspectos voltados para que sua formação e sua profissionalização sejam ampliadas.

Palavras-Chave: Juventudes. Trabalho. Escolas. Educação de Surdos.

Abstract

Deaf subjects face a daily struggle to conquer their place in the social environment, since they are often marginalized and despised by the culture imposed by society. In this direction, the present work, elaborated in the form of a critical literature review, aimed to analyze the



challenges and impasses for the insertion of deaf young people in school spaces and in the Brazilian work world. It was carried out through a literature review based on authors such as Dayrell (2007, 2013), Ciavatta (2005, 2012), Mori and Sandes (2015), Silva and Pasqualli (2021), Carvalho and Nobrega (2015) among others. Decrees and laws dealing with inclusion processes in Brazil were also analyzed. As a result, it is observed that the discussions reinforce the need for inclusion policies carried out through educational institutions and other associations. It concludes, highlighting the perceptions of the deaf about the challenges faced to enter the world of work, as well as aspects aimed at expanding their training and professionalization.

Keywords: *Youths. Job. Schools. Deaf Education.*

Resumen

Los sujetos sordos enfrentan una lucha diaria por conquistar su lugar en el medio social, ya que muchas veces son marginados y despreciados por la cultura impuesta por la sociedad. En esa dirección, el presente trabajo, elaborado en forma de revisión crítica de la literatura, tuvo como objetivo analizar los retos y los impasses para la inserción de jóvenes sordos en los espacios escolares y en el mundo del trabajo brasileño. Se llevó a cabo a través de una revisión bibliográfica basada en autores como Dayrell (2007, 2013), Ciavatta (2005, 2012), Mori y Sandes (2015), Silva y Pasqualli (2021), Carvalho y Nobrega (2015), entre otros. También se analizaron decretos y leyes que tratan de los procesos de inclusión en Brasil. Como resultado se observa que las discusiones refuerzan la necesidad de políticas de inclusión realizadas a través de las instituciones educativas y otras asociaciones. Se concluye destacándose las percepciones de los sordos sobre los retos que enfrentan para ingresar al mundo del trabajo, así como los aspectos relacionados con la ampliación de su formación y su profesionalización.

Palabras clave: *Juventudes. Trabajo. Escuelas. Educación para Sordos.*

1 Introdução

O presente estudo, elaborado em forma de revisão crítica de literatura, é resultado de reflexões realizadas durante a oferta do componente curricular de Juventude, Trabalho e Escola do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no primeiro semestre do ano de 2022 e tem como objetivo analisar os desafios e impasses para a inserção dos jovens surdos nos espaços escolares e no mundo do trabalho brasileiro.

Para dar materialidade aos conceitos que se pretendem abordar neste texto, parte-se de Dayrell (2003), para quem existem diversas identidades juvenis, sendo cada uma delas formada a partir das condições sociais, culturais, de gênero, regionais e históricas dos jovens de uma determinada sociedade. Ainda de acordo com esse autor, os jovens constroem diversos grupos dentro de uma mesma sociedade e esses grupos se constituem em várias maneiras de ser jovem, razão pela qual não é possível falar apenas em uma juventude, mas em várias juventudes, a

dependem das possibilidades dadas, das limitações e das escolhas feitas por cada um desses jovens.

Acerca da formação escolar, Ciavatta (2012) afirma que a proposta de uma formação humana pretende garantir às pessoas o direito de uma formação cidadã. Assim, busca a participação desses sujeitos em seus ambientes de vivência com autonomia e protagonismo, fazendo a leitura de seus mundos com criticidade, desenvolvendo progressivamente o sentimento de pertença aos espaços de convivência humana, procurando compreender as contradições de mundo concreto e superá-las com intrepidez, tendo sempre como objetivo uma sociedade menos desigual.

Com relação ao mundo do trabalho, constata-se que este tem contribuído pouco para o processo de humanização dos jovens, não lhes oferecendo perspectivas para ampliarem suas potencialidades nem para construir uma imagem positiva de si mesmos sendo, por isso, “[...] um dos espaços do mundo adulto que se mostra impermeável às necessidades dos jovens em construir-se como sujeitos” (DAYRELL, 2003, p. 50).

Na relação juventude/escola/mundo do trabalho, concorda-se com Silva e Pasqualli (2021) quando afirmam que a escola é um reflexo da sociedade em que está inserida e nela ocorre uma “distinção hierárquica entre conhecimentos intelectuais e conhecimentos práticos, muito embora, como destacado anteriormente, na práxis humana estes são elementos indissociáveis que formam uma unidade, uma totalidade” (SILVA; PASQUALLI, 2021, p. 91).

As mesmas autoras destacam que:

Por tudo isto, percebe-se o quanto a escola e o mundo do trabalho ainda estão distantes da realidade, dos objetivos e dos sonhos dos jovens, de forma que estes submetem-se a essas instituições, querendo ou não, quando descobrem que é por meio desses espaços que se garante a sobrevivência diária, na esperança de que suas perspectivas e realizações sejam concretizadas no futuro. (SILVA; PASQUALLI, 2021, p. 95)

Tendo como balizadores os pressupostos anunciados anteriormente, esta revisão crítica de literatura apresenta e discute algumas questões que permeiam as juventudes surdas, a escola e o mundo do trabalho. O presente trabalho foi constituído por meio de uma abordagem qualitativa e produzido mediante pesquisa bibliográfica e análise documental envolvendo autores como Dayrell (2007, 2013), Ciavatta (2005, 2012), Mori e Sandes (2015), Silva e

Pasqualli (2021), Carvalho e Nobrega (2015), entre outros. Também foram analisados decretos e leis que tratam dos processos de inclusão no Brasil.

Para atingir seu objetivo o texto está estruturado em quatro momentos que dialogam com os recortes conceituais privilegiados. O primeiro apresenta a metodologia utilizada para a elaboração do estudo. O segundo foi nomeado como “Breve histórico dos caminhos da inclusão do jovem surdo no mundo e no Brasil” e apresenta, de forma resumida, os caminhos históricos percorridos pelas pessoas com deficiência desde a Grécia Antiga, passando pelas Idades Média, Moderna e Contemporânea. O terceiro momento foi denominado “As juventudes na escola atual” e exibe uma discussão sobre o lugar da escola para as juventudes contemporâneas. O quarto momento, que foi nomeado “Juventude surda e sua inclusão no mundo do trabalho” apresenta uma perspectiva das potencialidades e das dificuldades de profissionalização, inserção e permanência no mercado de trabalho. Por fim, apresentam-se as considerações finais e os referenciais teóricos trazidos para esta discussão.

2 Procedimentos metodológicos

Do ponto de vista metodológico, esse estudo é considerado de natureza básica porque “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais” (GERHARDT, SILVEIRA, 2009, p. 35). É, também, qualitativo, já que, conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 31) “[...] não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc.”.

O estudo também pode ser definido como descritivo e exploratório. De acordo com Köche (2009), a pesquisa descritiva estuda a relação entre duas ou mais variáveis de um dado fenômeno. As pesquisas exploratórias, para Prodanov e Freitas (2013, p. 53), assumem, em geral, “as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. É um levantamento bibliográfico sobre o assunto”.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica e documental. Para Gil (2010, p. 44), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de buscas na base de dados dos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e

no Google Acadêmico. A busca foi realizada pelos descritores “juventude” and “trabalho” and “escola” and “deficiência” sem restrição de marco temporal. O foco consistiu em textos produzidos pelos autores indicados para a leitura durante a oferta do componente curricular de Juventude, Trabalho e Escola do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado no primeiro semestre de 2022. A triagem foi efetuada mediante a leitura atenta dos títulos, dos resumos e das palavras-chave. Depois da primeira seleção, os textos foram lidos na íntegra e compuseram o campo teórico privilegiado neste estudo.

Também procedeu-se a uma pesquisa documental, utilizando-se a ferramenta de busca do Google e os mesmos quatro descritores apresentados anteriormente, com vistas a identificar legislações, matérias jornalísticas, relatórios e documentos oficiais que não tiveram tratamento analítico.

A análise dos dados foi realizada por meio das indicações teóricas da análise de conteúdo de Bardin (1977), desdobrando-se nas seguintes categorias: a) breve histórico dos caminhos da inclusão do jovem surdo no mundo e no Brasil; b) as juventudes na escola atual; c) juventude surda e sua inclusão no mundo do trabalho.

É sobre essas categorias de análise que a sequência do texto versa.

3 Breve histórico dos caminhos da inclusão do jovem surdo no mundo e no Brasil

Na Antiguidade ocorriam, de forma explícita, o abandono social e o extermínio de pessoas com deficiência auditiva, visual, intelectual e física. Naquele período, as pessoas com deficiência eram consideradas desprezíveis e sem valor humano para a sociedade, portanto os jovens surdos não participavam da vida social entre as pessoas ditas normais, sendo abandonados.

Na Grécia, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram abandonadas até mesmo em florestas, o que tornava impossível sua sobrevivência, uma vez que o ser humano é o animal que mais dependente dos pais quando nasce, permanecendo nessa condição por um longo tempo, diferentemente dos outros animais. As crianças abandonadas, portanto, estando longe do convívio humano, conseqüentemente morriam. Se em Atenas as crianças com

deficiência eram abandonadas, em Esparta elas eram sacrificadas, pois lá só poderiam viver crianças consideradas perfeitas fisicamente, porque o destino delas eram tornarem-se grandes, poderosos e valentes guerreiros (SILVA, 1987).

Na Idade Média, a inclusão era feita a partir de concepções paradoxais, que ora enxergavam as pessoas com deficiência com espírito de caridade e piedade, iniciando um atendimento sob a perspectiva assistencialista, ora as viam como seres que mereciam ser castigados, pois a deficiência representava uma possessão demoníaca. Há relatos, inclusive, de casos de trepanação, evento que consiste em se fazer um orifício na testa da pessoa pelo qual o demônio deixa o corpo (ARANHA, 1995).

Findando o período da Idade Média e iniciando a Idade Moderna, a deficiência passou a ser vista como doença, despertando, assim, o interesse científico por parte da Medicina. Foi também na Idade Moderna que se criou o atendimento educacional segregador em instituições destinadas a cada deficiência de forma específica, ou seja, para cada tipo de deficiência havia uma escola (MAZZOTA, 1996).

Na Idade Contemporânea iniciou-se a luta da sociedade civil em prol da extinção dos modelos educacionais segregadores, reconhecendo, portanto, os direitos sociais das pessoas com deficiência. Vivia-se uma filosofia de integração que fundamenta o paradigma da inclusão. Nesse período histórico, reconheceram-se a diversidade e a heterogeneidade, características marcantes da existência humana. (MANTOAN, 1998).

No Brasil, até 1759, a educação tinha como objetivo ensinar bons costumes e a fé católica. A educação de jovens surdos e demais crianças com deficiência ainda não era foco de preocupação e organização do sistema educacional. A educação de surdos no país teve início com D. Pedro II, que, por ter um genro surdo, em 1855 convidou Ernest Huet, professor francês e surdo, para fundar a primeira escola de surdos do Brasil, o Instituto Imperial dos Surdos, hoje denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), sediado na cidade do Rio de Janeiro e referência nacional na educação de surdos (ROCHA, 2008).

No início da década de 1970, as ações do INES começaram a ser ampliada por meio de movimentos liderados pelos pais e responsáveis de pessoas com deficiência, assim como pelos próprios entes. Esse movimento se estendeu até a década de 1990, refletindo-se atualmente. A referida instituição oferece aos surdos educação e formação na educação bilíngue, além de qualificação na língua brasileira de sinais (Libras), de forma a ajudar os sujeitos a ingressarem no mundo do trabalho. Trata-se, portanto, de um centro de referência nacional na área da surdez.

Outra instituição que auxiliou na luta pelo acesso dos surdos à educação e ao trabalho foi a Associação Brasileira de Surdos-Mudos, a qual luta pela garantia de que o processo de formação desses sujeitos ocorra em sua língua natural, a Libras, buscando garantir que superem as dificuldades de integração e socialização. (KLEIN, 2012).

Muitos foram os que participaram da luta dos surdos pela garantia de seus direitos, até que o processo de inclusão escolar foi amparado pela Constituição Federal de 1988, dando referência ao Atendimento Educacional Especializado à pessoa com deficiência, e garantindo o direito de ingressar nas redes regulares de ensino (BRASIL, 1988).

De acordo com Mori e Sander (2015), foi a partir da Constituição de 1988 que se iniciou, no Brasil, um movimento articulado em prol da inclusão e da permanência da pessoa surda nos espaços educacionais. Para os autores:

A democracia ficou mais concreta e também na área da educação especial e nos movimentos surdos passou a ocorrer uma maior participação de todos, com o interesse e do apoio de todos a tornar a acessibilidade e a inclusão uma realidade. Isto se refere às próprias pessoas com deficiência. Eles mesmos “arregaçam as mangas” e vão discutir suas possibilidades, seus sonhos e direitos. (MORI; SANDER, 2015, p. 11)

Na década seguinte, a Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), assegurou aos estudantes surdos o direito de igualdade de oportunidade nas diferentes fases e processos educacionais (BRASIL, 1996). No que diz respeito à educação de surdos, houve avanços expressivos e a comunicação total é um resultado desses avanços, pois foi por meio das legislações que os direitos e lutas pela língua dos surdos ganharam força em diferentes países. Como resultado, no Brasil, temos a oficialização da Libras por meio da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e, anos depois, do Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que foram documentos memoráveis para a educação e a cultura surda do nosso país (BRASIL, 2002, 2005).

A partir de então, o Brasil se colocou à frente de muitos outros países devido ao desenvolvimento de metodologias no campo da educação e dos direitos e garantias das pessoas surdas. Especialmente pela implementação da Lei Federal nº 10.436/2002, que versa sobre o reconhecimento da Libras como língua oficial das comunidades surdas do Brasil, houve mudanças significativas na educação de surdos em nível nacional.

Fica evidente, portanto, que é uma obrigação das instituições de ensino oferecer profissional capacitado em Libras para o acompanhamento de alunos e professores com deficiência auditiva, conforme verifica-se na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, em seu artigo 4º:

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente. (BRASIL, 2002, p. 1)

Em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005, insere-se, obrigatoriamente, a Libras na matriz curricular dos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, cursos de licenciatura e de Fonoaudiologia, em instituições privadas e/ou públicas. Tem-se, também, a Lei nº 12.319/2010, que regulamenta o exercício da profissão de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais (BRASIL, 2010). Acredita-se, portanto, principalmente com base nas legislações vigentes, que, para vencer as barreiras da educação inclusiva, a sociedade necessita de uma reorganização social, política e econômica, que busque e prime por uma mudança de valores e atitudes no intuito de uma tomada de consciência.

4 As juventudes na escola atual

Para a juventude do século XXI, o âmbito escolar representa um espaço de sociabilidade. Dessa forma, a escola ganha relevância para os jovens por se constituir em um espaço de exposição de suas culturas, local para os namoros, para a constituição de amizades e de outras situações de sua existência.

A universalização do acesso à escola pública trouxe consigo algumas situações inovadoras, entre elas a heterogeneização sociocultural dos espaços escolares. Aquela escola que antes recebia uma clientela previamente selecionada, tendo por base as suas condições socioeconômicas, cedeu lugar para uma escola aberta a todas as camadas sociais. As juventudes são heterogêneas e se caracterizam por sua origem social, condições materiais de vida e, especialmente, por sua cultura. Elas procuram imprimir em seus corpos as marcas identificatórias do grupo ao qual pertencem.

Para Dayrell (2007, p. 1110),

Estas culturas, como expressões simbólicas da sua condição, manifestam-se na diversidade em que esta se constitui, ganhando visibilidade por meio dos mais diferentes estilos, que têm no corpo e seu visual uma das suas marcas distintivas. Jovens ostentam os seus corpos e, neles, as roupas, as tatuagens, os piercings, os brincos, dizendo da adesão a um determinado estilo, demarcando identidades individuais e coletivas, além de sinalizar um status social almejado.

Nesse sentido, essas características juvenis podem ser observadas nos espaços escolares contemporâneos: os adereços, como os brincos e colares extravagantes; o uso dos bonés, que, em muitos casos, servem para identificar os grupos de pertencimento; as tatuagens; os tênis em cores vivas e chamativas; o tipo de corte e a pintura dos cabelos; os *piercings* colocados em lábios, nariz e umbigos; o uso de coturnos e capas pretas, geralmente usadas para cobrir o velho uniforme escolar. Tudo isso, claro, acompanhado dos indispensáveis aparelhos celulares e os seus fones de ouvido.

Além de estilo e visual próprios, os grupos juvenis se diferenciam por meio de suas filiações ideológicas e por suas visões de mundo. Eles trazem consigo uma forma singular de valores e pensamentos que, normalmente, não se alinham aos pensamentos dos educadores, e tampouco à cultura escolar estabelecida, a qual se pauta na disciplina e no cumprimento rígido das regras impostas. A adesão dos jovens aos variados estilos existentes no meio popular ganha um papel significativo na sua vida, de forma a abrir “possibilidade de práticas, relações e símbolos por meio dos quais criam espaços próprios, com uma ampliação dos circuitos e redes de trocas, o meio privilegiado pelo qual se introduzem na esfera pública”. (DAYREL, 2007, p. 1110).

Nesse viés, fica evidente que as culturas estão sendo desconstruídas pelos jovens da atualidade, e o modo que a juventude do século XXI age na sociedade tem gerado suscitado e tensões. Segundo Dayrell (2007), a escola se abriu para receber um novo público, porém não se redefiniu internamente nem se reestruturou a ponto de dialogar com os sujeitos e as suas realidades. O aluno atual, diferentemente do modelo esperado pela escola tradicional, anseia por ser reconhecido pela sua condição de sujeito, negando-se ao reconhecimento padronizado

que a escola dispensa aos seus educandos, no qual todos são reduzidos à mera condição de estudantes.

Ao resistir a essa forma de tratamento, o aluno tende a transportar, via cultural juvenil, o seu mundo de vivência para dentro da escola, tecendo, a partir daí, o seu comportamento. Assim, há uma clara tendência, por parte do aluno contemporâneo, em resistir à rotulação dada pela escola e pautar suas ações, inclusive no interior do ambiente escolar, em suas próprias visões de mundo, as quais, normalmente, baseiam-se em valores externos à escola e são compartilhadas por seu grupo de pertencimento.

A escola, a partir de então, deixa de ser um local dedicado exclusivamente aos estudos e torna-se, também, espaço de vivência da condição juvenil, lugar de inserção nas culturas. Os pátios escolares têm contribuído com a manifestação de novos comportamentos e valores, os quais, ao concorrer com os valores definidos pela escola tradicional, tendem a se sobrepor. Dessa forma, o encontro da escola com os heterogêneos grupos de alunos e as suas culturas tem sido apontado como a origem central dos conflitos e tensões em ambientes escolares contemporâneos no Brasil. Esse processo de inserção não é diferente para o aluno surdo, mas o que se observa é que, muitas vezes, ele tem mais dificuldades de se incluir nesse espaço juvenil devido à dificuldade de comunicação, cuja inserção ocorre em um espaço em que a maioria dos sujeitos é ouvinte.

Jesus (2020, p. 63) discute que:

Quando a possibilidade do uso da sua língua é negada, como no caso da pessoa surda usuária da Língua de Sinais, ela se torna estigmatizada, muitas vezes rotulada pela ausência da fala oral. Quando a pessoa surda também não oraliza, a ausência da língua oral dificulta o processo de interação dos surdos com a comunidade, o que acarreta para este grupo perdas sociais e comunicativas sociais porque eles são muitas vezes excluídos dos grupos que participam, e cognitivas porque acabam por não adquirir conhecimentos, não pela falta de capacidade, mas por não terem acesso direto às informações por meio da sua língua e até mesmo na língua oral, no caso dos surdos que só oralizam. Assim, a linguagem é fator primordial para o desenvolvimento dos indivíduos nos grupos dos quais participam, sendo as interações geralmente o artefato para a consolidação das relações sociais estabelecidas nos diferentes grupos do nosso convívio.

A autora observa que a fala é um fator capaz de afetar o surdo tanto no seu aprendizado quanto na sua socialização, mas isso não é novidade para esses sujeitos, que, ao longo da história, tiveram que lutar para garantir o seu espaço tanto na escola quanto no mundo do trabalho.

5 Juventude surda e sua inclusão no mundo do trabalho

Com o processo de industrialização, vimos o modo de produção se modificar, de modo que a sociedade começou a atender ao sistema capitalista. Esse modo de produção, que visa ao lucro, exige mão de obra perfeita, de maneira que as pessoas com deficiência não se encaixam em seu ideário, incluindo os jovens surdos. Dessa forma, ainda hoje se busca o “trabalhador ideal”, deixando de lado os indivíduos considerados “fora do padrão” (SANTOS; SILVA, 2015).

Sobre a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, Viana (2016) aponta que o preconceito se faz presente tanto na sociedade quanto nas empresas e em seus funcionários. Estar empregado atualmente não se trata somente de prover o sustento da família, pois o trabalho também se mostra como uma fonte de reconhecimento social, sendo que é um espaço que permite às pessoas se relacionarem, ou seja, possibilita a inclusão social e o sentimento de pertencer a um grupo. Esses anseios não pertencem apenas aos ouvintes, pois a comunidade surda tem as mesmas pretensões e os jovens desejam fazer parte da sociedade e ser reconhecidos pelos próprios méritos. (VIANA, 2016).

Nessa perspectiva, Ciavatta (2005, p. 89) afirma que continuamos imprimindo, nos processos formativos, o resgate do homem integral, tornando os processos educativos ações concretas e efetivas da formação para o mundo do trabalho, com uma visão ampliada e com a qual compartilha, segundo Hobsbawm (1987), não a atividade laboral isolada, mas fundamentalmente as condições de vida do trabalhador, com suas relações políticas e culturais e seus impactos no cotidiano da vida. Assim, em relação à formação integral do jovem surdo, destaca-se a educação profissional e tecnológica (EPT), que, pela perspectiva da formação omnilateral, aborda a educação profissional integrada à educação básica com o intuito de formar cidadãos conscientes e críticos para atuar no mundo do trabalho. Os jovens, na atualidade, têm sonhos, buscam alcançar os mais diferentes objetivos e querem ser vistos de forma igual, com habilidades e potencial para se inserirem no mundo do trabalho, e isso não é diferente com os surdos (EVANGELISTA; SOUZA; TOZZO, 2014). A comunicação sempre foi um elo difícil para o surdo, tanto na família como em outros locais de convívio, pois eles se afastam, tentando evitar conflitos ou barreiras na comunicação (CARVALHO; NOBREGA, 2015). Com isso, grandes têm sido os desafios e as dificuldades da comunidade surda para se sentirem parte da sociedade, sendo a comunicação o foco dessa discussão. A dificuldade de lidar com outro tipo de linguagem que não seja a oral faz que os interlocutores do surdo, inclusive os pais, vejam-

se diante de uma situação conflituosa da qual preferem se afastar (CARVALHO; NOBREGA, 2015).

Nesse contexto, o jovem surdo, além de enfrentar dificuldades na própria família, também tem a missão de preparar-se para o mundo do trabalho com direitos e deveres. Desse modo, destaca-se a importância da Libras nos espaços educacionais, em que sua aquisição possa contribuir para o fortalecimento e o crescimento educacional e profissional dos surdos, de forma que eles possam ter uma vida digna como a pessoa ouvinte, respeitando-se sua singularidade e abrindo oportunidades das quais a comunidade surda poderá usufruir no seu cotidiano.

Diante do exposto, é necessário um trabalho conjunto para que todos tenham acesso à comunicação e assegurar o direito da Libras como primeira língua e a língua portuguesa como segunda língua, enfatizando que o surdo precisa ser bilíngue, atendendo aos princípios da inclusão social, visando ao respeito de sua especificidade linguística. É perceptível, por vezes, a ausência de preparo de profissionais surdos para o mundo do trabalho, visto que, em seus processos formativos, não encontraram instituições que lhes oferecessem oportunidades de crescimento e atualização profissional.

Não basta, no entanto, que os surdos sejam contratados, é necessário que haja uma contribuição social da empresa, em especial do departamento de gestão de pessoas, já que a falta de comunicação reforça o falso conceito de que são intelectualmente inferiores aos ouvintes. Esse preconceito os mantém isolados e, por mais que sejam qualificados, continuam exercendo funções simples e de pouca remuneração (CARVALHO; NOBREGA, 2015). Kojima e Segala (2008) destacam que a maioria das crianças e jovens surdos não tem distúrbio intelectual, e, sim, atraso no desenvolvimento cognitivo devido à grande barreira da comunicação.

Pode-se observar, portanto, que os surdos são pessoas com potencialidades tais quais as dos ouvintes, porém muitos são os desafios enfrentados para que se sintam parte da sociedade tendo como foco a comunicação. Desse modo, Canônico (2011, p. 28) destaca que:

Para que esta realidade, ou seja, o direito do trabalho e a carreira profissional do surdo aconteçam, dependemos de um compromisso social, que precisa ser assumido não só pelo portador de deficiência, mas também por sua família e sua comunidade, pelas entidades educacionais, pelas empresas públicas e privadas e pela sociedade civil como um todo.

Sendo assim, a formação integrada à educação geral se torna parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como formação inicial, como os ensinamentos técnico, tecnológico ou superior. “Significa que buscamos focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos” (GRAMSCI, 1981, p. 44).

Dessa forma, observa-se que a legislação vigente não garante, de forma isolada, a igualdade de oportunidades para os surdos no mundo do trabalho e na vida social. É preciso que haja alterações na forma de olhar para o surdo como pessoa capaz e repleta de possibilidades. A inclusão social seria muito mais que aceitar as diferenças, ou seja, possibilitar aos mais necessitados condições para participarem da distribuição da renda no Brasil. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho (SAVIANI, 1986).

A sociedade e, especificamente, o mundo do trabalho se baseiam ainda na concepção de que um surdo é menos produtivo do que um ouvinte, ratificando que o mercado capitalista que visa à competitividade e ao lucro. Há que se refletir e questionar, entretanto, essa compreensão reducionista. Silva, Maranhão e Nunes (2020) afirmam que, se o surdo estiver satisfeito com o trabalho, colaborará para o crescimento da empresa, que, por sua vez, contribuirá para o desenvolvimento do surdo, ocorrendo aumento da produtividade e da satisfação pessoal. Percebe-se que a sociedade em que se vive possui vários tipos de pessoas com diversas manifestações da diversidade cultural e, mesmo assim, o ser humano tende a obter um modelo ideal entre as características que são comuns entre essas pessoas. Nesse sentido, se alguém foge a esse modelo, é desvalorizado e estigmatizado, ou seja, desconsiderado do padrão ideal obedecido pela sociedade em que se insere. Vale destacar que não basta incluir o surdo no mundo do trabalho, é necessário que se garanta o exercício de seus direitos à cidadania enquanto brasileiro, uma vez que ele é um sujeito de potencialidades e que tem muito a contribuir para o espaço em que esteja atuando, desde que seja valorizado nesse processo.

6 Considerações Finais

As discussões traçadas neste estudo demonstraram a importância das políticas de inclusão como garantia da educação dos surdos para o mundo da vida e do trabalho. Diante das pesquisas e leituras realizadas, observou-se que, especialmente no Brasil, a luta e os desafios da juventude surda, nos campos educacional, cultural e social, sinalizam o movimento pela sobrevivência e para conquistar o seu lugar no meio social, visto que muitas vezes há marginalização e menosprezo por parte da cultura imposta pela sociedade.

Cabe destacar que, por meio de movimentos de luta e disputas, as pessoas surdas tiveram alguns direitos reconhecidos e políticas públicas foram criadas. Destacam-se as Leis nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e, anos depois, o Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que oficializou a Libras. Essas legislações têm grande importância no processo de garantia do direito dos surdos tanto à escola quanto ao mundo do trabalho.

No que tange ao âmbito profissional, a história não foi diferente e os surdos sofreram e sofrem discriminação não apenas no ingresso ao mundo de trabalho, mas, também, com relação à sua permanência nele. Isso ocorre porque, muitas vezes, a sua capacidade de exercer e ocupar alguma função compatível é questionada, mesmo na presença de perfil curricular e/ou qualificação profissional de excelência.

A partir disso, destaca-se ser de extrema relevância que os estudos voltados para as percepções dos surdos sobre os desafios que eles enfrentam para atuar no mercado de trabalho, bem como aspectos voltados para a sua formação e profissionalização, sejam ampliados e, em relação à sociedade, espera-se que ela seja responsável pelo reconhecimento da cidadania de todos os brasileiros.

Referências

ARANHA, M. S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas psicol. [online]**. 1995, v. 3, n. 2. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1995000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 fev. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõem sobre a língua brasileira de sinais – LIBRAS, e o art.18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da república – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos: Brasília: Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

CANÔNICO, D. C. **Surdo, educação e mercado de trabalho**: Uma inter-relação necessária. Capivari-SP: CNEC, 2011.

CARVALHO, V. O.; NÓBREGA, C. S. R. **A história de educação dos surdos**: o processo educacional inclusivo, 2015. Disponível em: https://www.uern.br/controladepaginas/educacao-atual-/arquivos/36782_final_a_hista%E2%80%9Cria_de_educacao%E2%80%A1a%C6%92o_dos_surdos...vanessa_carvalho.pdf. Acesso em: 7 fev. 2023.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 83-106.

CIAVATTA, M. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 1–20, 2005. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 7 fev. 2023.

DAYRELL, J. A Escola “Faz” As Juventudes? Reflexões Em Torno Da Socialização Juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 7 fev. 2023.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 7 fev. 2023.

EVANGELISTA, F. F. G.; SOUZA, T. F. C.; TOZZO, C. A inclusão do surdo no mercado de trabalho de acordo com sua capacidade profissional. **Revista Ensaios & Diálogos**, n. 7, jan./dez. 2014, p. 49-57. Disponível em: <https://intranet.redeclaretiano.edu.br/download?caminho=/upload/cms/revista/sumarios/331.pdf&arquivo=sumario5.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2023.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAMSCI, A. **La alternativa pedagógica**. Barcelona: Fontamara, 1981.

HOBBSAWM, E. História operária e ideologia. In: HOBBSAWM, E. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JESUS, F. C. **As relações sociais de estudantes surdos na Educação Superior**. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, 2020.

KLEIN, M. Os discursos sobre a surdez, trabalho e educação e a formação do surdo trabalhador. In: SKLIAR, C. (org.). **A surdez**. Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**. Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

KOJIMA, C. K.; SEGALA, S. R. **Libras, a imagem do pensamento?** v. 1. São Paulo. Editora Escala, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão: a formação do professor tal como concebemos e realizamos**. Curitiba, 1998.

MAZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MORI, N. N. R.; SANDER, M. E. História da Educação dos Surdos no Brasil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE. 1., 2015, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, p. 1-16, 2015. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/94.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, S. **O INES e a educação de surdos no Brasil**. Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro: INES, 2008.

SANTOS, N. C.; SILVA, C. A importância da inclusão do deficiente auditivo na cultura da organização. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, v. 4, n° 1, 2015. Disponível em: <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/80>. Acesso em: 7 fev. 2023.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, V. S. da; PASQUALLI, R. Mundo juvenil, consumo e politécnia: um ensaio teórico. **Revista Kiri-Kerê**, n. 11, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/35828>. Acesso em: 7 fev. 2023.

SILVA, N. O.; MARANHÃO, T. L. G.; NUNES, G. C. Libras um instrumento facilitador: a importância do Psicólogo Organizacional na inclusão de Pessoas Surdas dentro das organizações. **Multidisciplinar e de psicologia**, v. 14, n. 51, p. 23-39, jul./2020.

SILVA, O. M. da. **A epopeia ignorada**: a pessoa deficiente na História do Mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987.

VIANA, A. S. A inserção dos surdos no mercado de trabalho: políticas públicas, práticas organizacionais e realidades subjetivas. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 17, n. 2, p. 214-232, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/4169>. Acesso em: 7 fev. 2023.

Enviado em: 19/9/2022

Revisado em: 7/2/2023

Aprovado em: 14/2/2023